

## Políticas de película

Alexandre Barbalho<sup>1</sup>

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

Há exatos quinze anos era defendida uma tese de doutoramento em Ciência Política na Universidade de São Paulo que, entre outras virtudes, destacava-se por abordar em suas reflexões centrais as políticas públicas para o cinema no Brasil. Ou, dito de forma mais abrangente, as relações entre Estado brasileiro e cinema.

Podemos arriscar que, naquele momento, os trabalhos mais próximos desta abordagem seriam os de José Mário Ortiz Ramos, *Cinema, Estado e Lutas Culturais (Anos 50-60-70)*, e de Maria Rita Galvão e Jean-Claude Bernardet, *Cinema: Repercussões em Caixa de Eco Ideológica*, ambos publicado dez anos antes (1983). O primeiro, resultado da dissertação de Ramos. O segundo, fruto do seminário organizado por Adauto Novaes (que encontrava nesse formato um filão que vem perseguindo até hoje) sobre o nacional e o popular na cultura brasileira.

Mas voltando à tese, sua perspectiva analítica diferenciava-se de certo *corpus* estabelecido de escritos (acadêmicos, jornalísticos e/ou artísticos) que abordava o cinema seja em uma perspectiva estética, seja em um aporte histórico. Para citar dois exemplos, dentre inúmeros outros possíveis - mas certamente estes estão entre os mais expressivos por seu papel fundamental no pensamento sobre cinema no Brasil -, lembremos dos artigos de Paulo Emílio Sales Gomes publicados, ao longo de quase uma década (1956-1965), no imprescindível Suplemento Cultural de O Estado de São Paulo. Ou do livro-manifesto *Revolução do Cinema Novo* de Glauber Rocha que trata da mais importante contribuição que o cinema brasileiro deu à cinematografia mundial, até porque seguia à

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e professor e pesquisador dos PPGs em Políticas Públicas e Sociedade da UECE e em Comunicação da UFC. Autor, entre outros, de *Relações entre Estado e Cultura no Brasil* (1998) e *A Modernização da Cultura: Políticas Para o Audiovisual nos Governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes* (2005). E-mail: alexandrebarbalho@hotmail.com

risca (e o risco) a afirmação de Glauber: “Para chegar a ser **novo** – o kynema precisa romper com as estruturas da kyneztyka dominante”.

Assim, a pesquisa trazia para dentro de um campo disciplinar, a Ciência Política, marcado pela sisudez de seus temas, métodos e teorias, um objeto inusitado: o cinema. E proporcionava àqueles agentes que atuavam no campo cinematográfico, como diretores, produtores, críticos, etc, uma reflexão fundamental sobre seus ofícios a partir de um ângulo pouco explorado até então (e até hoje, diga-se de passagem, com exceções, como os trabalhos desenvolvidos pela política cultural e pela economia política da informação, da comunicação e da cultura): a política.

Pois bem, aquela tese, três anos após ser defendida, saiu publicada em livro pela editora Annablume com o título Estado e Cinema no Brasil. Sua autora: Anita Simis, professora do Departamento de Sociologia da Unesp, campus de Araraquara. Esgotada a primeira edição, que virou objeto de desejo dos pesquisadores de políticas culturais, eis que o trabalho mantém-se firme no decorrer desse tempo e, ano passado, foi um dos selecionados do prêmio Itaú Rumos Pesquisa: Gestão Cultural, na categoria Pesquisa Consolidada.

Antes mesmo da premiação, uma nova edição pela mesma editora já estava programada para 2008, em formato mais bem cuidado e acrescentada de um prefácio. A efeméride nos é cara, pois permite que, após tantos anos de sua leitura, possamos trazer algumas, breves, reflexões sobre essa obra.

O livro de Anita Simis está dividido em três partes. A primeira cobre o período de 1930-45, ou seja, o do governo Vargas, que foi o primeiro a intervir de forma sistemática no campo cultural, como elemento fundamental em sua promoção do nacionalismo. Para isso, criou diversos órgãos, entre os quais o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE).

Tendo esse cenário como pano de fundo, Simis discute nos quatro capítulos desta parte o uso pedagógico e propagandístico do cinema por parte do regime varguista, destacando a atuação do INCE, mas também do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e suas relações com os atores do setor (produtores, distribuidores, exibidores), em um momento que emergia a “consciência cinematográfica nacional”. O que levou às primeiras atividades reguladoras do Estado no cinema como o decreto 21.240/32, que

nacionalizou o serviço de censura, o estabelecimento de taxas alfandegárias e a obrigatoriedade de exibição dos curtas nacionais. Claro que tais medidas mexeram com diversos interesses estabelecidos, em especial dos distribuidores dos filmes importados, já majoritariamente norte-americanos, e dos exibidores – disputas de poderes muito bem documentadas e analisadas pela autora.

Na parte II, Simis explora o interregno “democrático” entre o fim do Estado Novo e o golpe de 64. Os governos deste período não deram a mesma atenção ao campo cultural que o seu antecessor, nem a que seria destinada pelos governos militares, o que nos coloca um dos paradoxos de nossa história: foi em tempos ditatoriais que encontramos o maior investimento do poder público na produção cultural, salvo os tempos correntes da gestão Gilberto Gil/Juca Ferreira.

O grande debate que a autora acompanha entre 1945 e 1964 passava pela criação de órgão nacional responsável pelo cinema – disputa que se inicia com o projeto do deputado comunista Jorge Amado, de criação do Conselho Nacional de Cinema (CNC), e vai até a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC), já no governo Castelo Branco. Interessante observar que, nesse período, Simis localiza a falência da indústria cinematográfica nacional, pressionada pelos interesses dos produtores e distribuidores estrangeiros (leia-se norte-americanos), ao mesmo tempo em que era criado o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica com o objetivo de “corrigir as condições desiguais de competição entre o cinema estrangeiro e o nacional”.

Por fim, a terceira parte do livro, que aborda os primeiros anos do Regime Militar (1964-66). Nestes dois anos, foi criado o INC e também instituídas várias medidas que respondiam à “forte presença” que o cinema nacional tinha conquistado no processo cultural brasileiro. No último capítulo, Simis discute o embate entre “nacionalistas” e “universalistas” que foi fundamental na história da produção cinematográfica no Brasil (e ainda presente, mesmo que com outro formato? Essa é uma questão atual e instigante para os pesquisadores, principalmente se saírem do eixo Rio-São Paulo e olharem a produção no resto do país, em especial no norte-nordeste).

Claro que no espaço restrito de uma resenha, só é possível dar uma rápida notícia dos temas tratados por Anita Simis com toda a complexidade que requerem: as recomposições de poder entre os atores do campo cinematográfico nacional, a dubiedade da

intervenção estatal, o apoio e a ausência da sociedade civil nesse debate. Mas gostaria de retomar a última frase do livro:

O movimento de retorno à iniciativa do Estado (pós-64), no sentido de ampliar os limites da esfera legal de atuação e a perda do controle por parte do setor produtor na formulação da política, possivelmente contribuiu para isolar o cinema brasileiro, diminuindo a força da sua presença cultural e intelectual integrada no processo cultural brasileiro. (2008, p. 282)

A citação aponta a necessidade da leitura desta publicação, não apenas para compreendermos as relações entre Estado e cinema no período abordado (1930-1966), mas também (e arriscaria dizer, principalmente) para entender esse debate no Brasil de início do século XXI, em tempos de ANCINE, TV Digital, leis de incentivo ao audiovisual, convergência midiática, desregulamentação das telecomunicações e, arriscaria, a forte presença cultural e intelectual do cinema no atual processo cultural brasileiro!

## Referências

BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Fortaleza: Unijuí, 1998.

\_\_\_\_\_. **A modernização da cultura**: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Fortaleza: UFC, 2005.

GALVÃO, Maria Rita Galvão e BERNARDET, Jean-Claude. **Cinema**: repercussões em caixa de eco ideológica. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais** (anos 50-60-70). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. São Paulo: Cosac & Naif, 2004.